

O avanço da Fronteira Econômica e o povo Paiter Suruí: o caso da Criação da TI Sete de Setembro¹.

The advance of the Economic Frontier and the Paiter Suruí people: the case of the Creation of TI Sete de Setembro.

Hgaibiten Suruí*
Dr. Carlos Alexandre Barros Trubiliano**

Resumo

Pensar a história recente de Rondônia é pensar o processo colonizatório do território. A recente história de Rondônia e a história do povo Paiter Suruí estão interligadas com as políticas de ocupação e exploração do espaço. Tradicionalmente, os Paiter Suruí se fixaram a noroeste de Mato Grosso e a sudeste de Rondônia. Na medida em que avançavam as frentes de expansão ocorreram os contatos dos Paiter Suruí com os não índios. O relatório que segue é fruto de pesquisa que objetivou de modo geral, compreender o processo de criação da Terra Indígena Sete de Setembro; especificamente buscou-se identificar os projetos políticos e econômico, bem como, os conflitos que envolveram os não indígena e o povo Paiter Suruí

Palavras-chave: Fronteira, Território, Paiter Suruí

Abstract

Think the recent history of Rondônia is to think the colonization process the territory. Rondônia's recent history and the history of the Paiter Suruí people are intertwined with the policies of occupation and exploration of space. Traditionally, the Paiter Suruí settled in northwest of Mato Grosso and southeast of Rondônia. As the expansion fronts advanced, contacts between Paiter Suruí and non-Indians took place. The following report is the result of research that aimed, in general, to understand the creation process of the Sete de Setembro Indigenous Land; specifically, it sought to identify the political and economic projects, as well as the conflicts that involved the non-indigenous and the Paiter Suruí people

Keyword: Frontier, Territory, Paiter Suruí

¹ Registro meus agradecimentos ao Jornalista Montezuma Cruz. Pela generosa disponibilidade de seus arquivos, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

* Acadêmico do Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

** Docente Orientador. Professor do Curso de Licenciatura Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Introdução

Estudar a história do povo Paiter Suruí é estudar a história da recente colonização de Rondônia. A priori, informamos que, nesta pesquisa, trataremos a colonização como uma etapa do desenvolvimento capitalista.

Pensar a história recente de Rondônia é pensar o processo colonizatório do território. Teoricamente, os estudos de Becker (1991, 1999, 2004) nos permitem discutir o avanço do capitalismo nas fronteiras rondonienses. Segundo a geógrafa, o avanço capitalista ocorreu por meio de duas políticas de Estado que se interligam. A primeira refere-se à construção da BR-364, na década de 1970 – pode-se incluir neste item, mais recentemente, a construção das usinas e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) –; a segunda refere-se aos programas de assentamento populacional, como os Projetos de Assentamento Dirigido (PADs) e os Projetos Integrados de Colonização (PICs). De toda sorte, essas políticas foram responsáveis pelo deslocamento voluntário e involuntário de grande contingente populacional: trabalhadores, investidores e aventureiros migraram para Rondônia em busca de oportunidades.

Embora o Estado tenha criado o aparato burocrático/legal para organizar, disciplinar e assistir os migrantes, os fluxos migratórios ultrapassaram a capacidade de controle estatal, o que gerou situações conflitantes, sobretudo no que dizia respeito à posse da terra. O avanço populacional sobre a floresta gerou uma das principais atividades econômicas da Amazônia Legal, a indústria da madeira. Segundo Browder (1986) e Terezo (1990), a extração em escala industrial da madeira se iniciou em 1960 – ano em que se registrou a existência de aproximadamente 89 serrarias na Amazônia Legal. Já em 1981, estavam catalogadas cerca de 1,6 mil serrarias e, apenas três anos depois, em 1984, o número de serrarias legais dobrou e chegou aos três mil empreendimentos. Especificamente no estado de Rondônia, as empresas ligadas ao setor madeireiro evoluíram de quatro empresas, em 1953, para 781 em 1987.

Quando estudamos as causas da expansão da indústria madeireira em Rondônia, identificamos entre elas o avanço da malha rodoviária. Até meados de 1960, a extensão das rodovias rondoniense era praticamente inexistente; contudo, em 1988, o estado registrava mais de 44 mil km de rodovias. As construções das malhas rodoviárias atendiam à política de integração nacional, viabilizando o desenvolvimento das atividades capitalistas (Kitamura, 1994; Browder, 1989; Terezo, 1990). Assim como o

avanço das rodovias, o estímulo por meio de créditos subsidiados e incentivos fiscais concedidos à atividade também contribuíram para a expansão da indústria madeireira. Entre as décadas de 1960 e 1980, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) financiou a instalação ou reformulação de 131 projetos madeireiros industriais; o total de investimentos foi da ordem de meio bilhão de dólares (US\$ 500 milhões) em subsídios diretos (Browder, 1986, p. 8).

O avanço do desmatamento está diretamente ligado à história do povo Paiter Suruí. O contato dos Paiter Suruí com os não índios foi mais intenso na década de 1960, com a criação do PIC Gy-Paraná. No final da década de 1960, a Cia. Itaporanga (dos Irmãos Melhorança) passou a vender lotes ilegalmente, introduzindo várias famílias na área indígena (MINDLIN, 1985). O assentamento irregular dos colonos gerou conflitos e marcou a história dos Paiter Suruí. A pesquisa que se segue teve por objetivo historicizar o contato entre os colonos e os Paiter Suruí, episódio decisivo para criação da Terra Indígena Sete de Setembro. Buscamos identificar as motivações econômicas desse processo, e de que forma os Paiter Suruí se viram nele.

I

Em 1839, o inventor estadunidense Charles Goodyear, acidentalmente, notou que a adição de enxofre à borracha a uma determinada temperatura a deixava mais resistente, permitindo que ela fosse utilizada de diferentes formas. A descoberta de Goodyear representou um marco na era da industrialização e gerou uma demanda global pela borracha; no final do século XIX, a região amazônica era a principal fornecedora de matéria-prima.

No auge do ciclo da borracha, em 1903, e após inúmeras disputas, Brasil e Bolívia firmaram o Tratado de Petrópolis, que anexou o Acre ao território brasileiro. Dentre as cláusulas do acordo, constava a construção de uma ferrovia que possibilitasse o acesso boliviano ao Atlântico e dinamizasse o escoamento do látex. A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ficou a cargo do empreiteiro estadunidense Percival Farquhar; as obras iniciaram-se em 1907.

O avanço dos trilhos sobre a floresta e a riqueza do primeiro ciclo da borracha possibilitaram a criação e a expansão de núcleos populacionais – como o da cidade de Porto Velho, que, em 1914, foi elevada ao status de município do estado do Amazonas. De forma simultânea à ferrovia, houve a construção, entre os anos de 1907 a 1915, das

Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, chefiada pelo então coronel Cândido Mariano da Silva Rondon.

Neste contexto, de expansão da presença do Estado e dos projetos econômicos para a fronteira Oeste, o território que se tornaria o estado de Rondônia passou a receber intensos fluxos migratório, promovendo o encontro entre colonizadores e as populações indígenas. Ainda hoje, é possível escutar, nas vozes dos anciãos indígenas, relatos de experiências do contato com o “homem branco”. Uma dessas memórias foi narrada para a pesquisadora Edinéia Isidoro, em que “os Arara relatam acontecimentos relacionados ao período da implantação da rede telegráfica, como, por exemplo, a curiosa lembrança de que usavam os fios desta rede para fazer instrumentos de pesca e caça” (ISIDORO, 2006, p. 23).

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por um aprofundamento das relações capitalistas e uma expansão das fronteiras econômicas mercantis no Brasil. O avanço dos projetos econômicos sobre os territórios tradicionais indígenas no interior do país materializou-se em grandes construções, como as ferrovias Madeira-Mamoré, Noroeste do Brasil (NOB), Vitória-Minas (EFVM), a Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) e a construção das linhas telegráficas. A expansão das fronteiras “civilizatórias” intensificou o contato conflituoso entre povos indígenas e colonizadores (GAGLIARDI, 1989). Os Xokleng, em Santa Catarina, tiveram suas terras invadidas pelos colonos europeus (WITTMANN, 2007); em São Paulo, o território Kaingang foi devastado e deu lugar aos cafezais (MENDES, 2018); no sul de Mato Grosso, os Guarani, Terena e Kadiwéu foram empregados compulsoriamente na construção da ferrovia (TRUBILIANO, 2014); no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, os Krenak tiveram suas terras loteadas (ESTIGARRIBIA, 1934); na região amazônica, os trilhos trouxeram doenças que dizimaram tribos inteiras (HARDMAN, 1998).

Darcy Ribeiro (1957) classificou as frentes de expansão mercantil brasileira em três tempos histórico: extrativistas, pastoris e agrícolas. Em diferentes períodos, os impactos destas frentes sobre as populações indígenas apresentaram características próprias. No caso das frentes extrativas, a exemplo da extração do látex, quando o capitalista se defrontava com um grupo indígena identificava-o como potencial mão de obra, procurando, se possível, “colocá-lo a seu serviço, aliciando os homens para a localização de novas reservas de produtos florestais e para trabalhos como remeiros, carregadores e outros, e as mulheres como amásias e produtoras de gêneros alimentícios” (p. 29). Entretanto, as frentes agrícolas, na passagem do século XIX para

o XX, identificavam o indígena como um obstáculo e os territórios tribais como “espaços vazios” a serem conquistados e explorados. Semelhante às frentes agrícolas, as pastoris, datadas no mesmo período, queriam “formar o pasto”, limpando “os campos dos seus habitantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o índio desprovido de caça, a substitua pelo ataque a seus rebanhos” (p. 23). Embora tivessem suas características próprias no trato com os povos indígenas, as frentes de expansão agrícolas e pastoris assumiram com “frequência formas de conflito sangrento e raramente (deu) lugar a um convívio direto ou a acasalamento e mestiçagem” (p. 24).

O acirramento dos conflitos entre índios e não índios fomentou a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). A partir de 1918, o órgão passou a ser o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Com objetivo de “prestar assistência e promover a integração dos povos indígenas” (OLIVEIRA, 1947, p. 93), o projeto institucional adotava como política indigenista a noção de transformação do índio em um trabalhador nacional. Para tanto, seriam empregados métodos e técnicas educacionais que visavam disciplinar o comportamento do índio; o caráter integracional buscava a progressiva nacionalização dos povos indígenas. Em 1937, o coronel Horta Barbosa sintetizava que “a principal função do SPI era civilizar os índios”, adaptando-os à civilização; desta forma, “passariam a ser identificados como ‘caboclos’, ‘roceiros’, ‘caipiras’” (TRUBILIANO, 2014, p. 104).

A rede de articulações que deu origem ao SPI estava ligada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Com vistas a atender às demandas de projetos de infraestrutura e da instalação de grandes empreendimentos, bem como liberar terras férteis para a colonização, coube ao SPI a transferência compulsória de tribos inteiras, causando enormes danos nos sistemas políticos, sociais e produtivos dos povos indígenas, ignorando suas tradições e cultura. Em depoimento ao procurador Jader de Figueiredo Correia (Relatório Figueiredo, 1967), o chefe da 5ª Inspeção Regional (IR) do SPI, Helio Jorge Bucker, revela a lógica espoliativa, capitaneada pelo Ministério da Agricultura e instrumentalizada no SPI:

dos esbulhos de terras indígenas de que tenho conhecimento (...), nenhum foi mais estranho e chocante do que o procedido diretamente pelo Ministério da Agricultura, através do seu Departamento de Terras e Colonização. (...) O próprio órgão responsável pela garantia da terra do índio, é o primeiro a despojá-lo. Penso que fica bem claro com esse exemplo que a espoliação tem a chancela oficial das cúpulas administrativas, maiores responsáveis pelas desditas dos índios e do Serviço de

Proteção aos Índios, o bufão da grande comédia (...)
(RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, p. 3.952-3 *apud* KEHL,
2014, p. 202).

Em meados da década de 1950, o SPI começou a dar sinais de falência administrativa: o orçamento destinado ao órgão não supria as demandas e a folha salarial. O cenário era tão caótico que, em 1957, um servidor “do SPI já precisava trabalhar seis meses para ganhar um salário-mínimo e, um encarregado de posto, dois meses e meio” (ARNAUD, 1973, p. 29.). Em meio ao cenário de crise, os encarregados dos postos indígenas passaram a praticar a exploração da força de trabalho indígena. Nas palavras do antropólogo Shelton H. Davis (1978), “o SPI converteu vários postos indígenas em empresas econômicas, onde os índios eram forçados a vender o produto do seu trabalho aos agentes do órgão” (p. 84). Com conhecimento e consentimento do executivo federal, as terras passaram a ser arrendadas e seus recursos, alienados, permitindo aos chefes de posto a “exploração mineral, madeireira e pecuária” (p. 84) e a criação de um “um fundo especial”, batizado de renda indígena, que passou a ser utilizado como fonte de receita para o pagamento da folha salarial, aliviando “os custos das atividades do SPI” (p. 84).

Não bastasse o caos administrativo e a exploração compulsória da força de trabalho indígena, o SPI tornou-se cabidário de emprego. Darcy Ribeiro (1982) denunciou a transformação da instituição em “prêmio de barganha eleitoral entre os partidos políticos vitoriosos nas eleições de 1955, sendo entregue ao PTB” (p. 147). A prática do apadrinhamento político empossou funcionários com interesses escusos e outros sem a qualificação necessária para atuar nos quadros do órgão; insensíveis à problemática indígena, os agentes do SPI passaram a se ater somente às “normas burocráticas formais, frequentemente inaplicáveis a uma atividade singular como a proteção aos índios” (p. 147).

Em 1964, o órgão foi alvo de inúmeras denúncias de violência contra os povos indígenas e casos de corrupção; por conseguinte, eram frequentes os questionamentos sobre sua real importância na grande imprensa. Já na era militar, o governo do marechal Costa e Silva (1967-1969) aproveitou o desgaste da imagem do SPI perante a opinião pública e instituiu, por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O “novo” órgão indigenista deveria “servir de exemplo junto à opinião pública brasileira, justificando, assim, a reforma administrativa do Estado” (ROCHA, 2003, p. 59). No período de transição do SPI para a FUNAI, operou-

se uma verdadeira “caça às bruxas”, expurgando da gestão pública os “quadros mais políticos e antropológicos do órgão” (GOMES, 1991, p. 186). Entre os servidores demitidos estavam o médico sanitarista Noel Nutels e os antropólogos Carlos Moreira Neto e José Maria da Gama Malcher, todos classificados como “comunistas” pelo regime militar (GOMES, 1991).

II

No Brasil republicano, desde a criação do primeiro órgão indigenista (SPILTN), em 1910, um dos desafios dos sertanistas era a atração e aproximação dos povos indígenas. As técnicas empregadas no contato com os indígenas foram sistematicamente desenvolvidas por Cândido Rondon, nos anos da instalação das Linhas Telegráficas. Os métodos de atração e pacificação remontam a “uma longa genealogia que tem origem nos contatos dos jesuítas com os povos indígenas no séc. XVI” (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 116).

As estratégias adotadas pelos sertanistas e indigenistas baseavam-se em táticas militares de observação, aproximação e contato, procedimento que foi batizado por Rondon como “um grande cerco de paz”. Em pesquisa de referência sobre os métodos de atração e pacificação, a antropóloga Regina Erthal (1992) descreve o procedimento:

I A turma de atração deveria ser constituída por trabalhadores esclarecidos; II O Chefe da equipe tinha que ser experiente no trato com os índios; III Era necessário à participação de vários índios do mesmo tronco linguístico dos índios arredios para trabalharem como guias e intérpretes; IV A equipe deveria instalar-se dentro do território indígena; V Entre as primeiras providências, seria construída uma casa protegida, além da plantação de um roçado; VI Era importante explorar as redondezas, conhecendo matas, rios e tapiris; VII Diante do ataque de índios hostis, exibir as armas de fogo e até mesmo usá-las (em tiros para o alto), evidenciando o poder de que dispunha a equipe de atração, mas nunca usando-as contra os indígenas; VIII Armam-se tapiris com presentes e expõem-se os intérpretes pelas matas. As trocas de presentes estabelecem a fase inicial da conquista: é o “namoro”. IX A partir do contato inicial, a conquista pode ser consolidada, havendo confraternização, ou se houver algum incidente grave, ocorrer o colapso da equipe de atração. (ERTHAL, 1992, p. 33)

Em importante trabalho, Ângela Pappiani e Inimá Lacerda (2016) transcreveram as memórias dos anciãos Suruis na época do contato com os não índios. Nas narrativas,

é possível identificar que o procedimento “cerco de paz” foi adotado para aproximação com o povo Paiter Suruí, em 1969. Gasalab Suruí, cacique da aldeia Gabgir, narrou como os *yara* (homens brancos) estabeleceram o contato com os Paiter Suruí:

assim fez o *yara*: cada vez que pendurava os facões, ele fazia isso em lugar diferente e cada vez mais próximo, mais adiante, mais adiante e mais adiante. Assim ele fez, até chegar à beira do rio. Ali, na beira do rio, ele pendurou facões em um tapiri, e do outro lado ficou observando as pessoas pegarem os facões pendurados. Assim fizeram o contato. Do outro lado do rio, os *yara ey* nos chamavam para pegar facões. Assim fizeram. As pessoas atravessaram o rio e chegaram mais perto para pegar facão. Eles, os que fizeram o contato, contavam que enquanto estavam pegando facão alguém sempre ficava com o arco armado, pronto para flechar. Temiam ser agarrados à força, mas o contato foi pacífico. (PAPPIANI; LACERDA, 2016, p. 94)

Em maio de 1973, o sertanista Francisco Meirelles concedeu entrevista à revista *Veja* na qual sintetizou suas ideias e experiências nas décadas de trabalhos prestados ao SPI e, posteriormente, à FUNAI. Coube a Meirelles chefiar as expedições de contato com os povos Cinta Larga e Paiter Suruí.

(...) a rigor nosso método é o clássico que herdamos do Rondon, mas cada um introduz algumas variáveis. Eu penetro na mata até o acampamento de caça dos índios, pois a partir daí eles consideram a terra como sua. Ali deixamos presentes. Só dou coisas úteis, facas, machados, alimentos e roupas. Não dou miçangas ou bijuterias de plástico. Depois faço uma picada do acampamento de caça dos índios até nosso acampamento, e isso funciona como convite para eles aparecerem. No fim da tarde, reúno sanfoneiro, tocador de cavaquinho, de pandeiro, começo a fazer barulho. Mando a “furiosa” tocar para que o índio veja que não estamos querendo surpreendê-lo. Passado algum tempo, os índios chegam perto e sem sair da mata imitam onças, guarás, gaviões, etc. É fácil perceber que são índios, pois não é possível aparecer tanto bicho diferente de uma só vez. Continuamos colocando presentes no acampamento de caça até que o contato ocorra. (VEJA, 23/05/1973, p. 08)

Especificamente sobre o contato com os Cinta Larga, Meirelles relatou que, durante os procedimentos de atração praticados pelos sertanistas do SPI, os indígenas adotaram procedimentos similares, retribuindo os presentes que lhes eram oferecidos.

(...) Com os cintas-largas. Um dos presentes foi meia dúzia de cachorrinhos, nascidos em nosso acampamento. Eles ficaram

malucos com os animais, mas não sabia pedir mais cachorros. Sabe o que fizeram? Pegaram um camaleão, cortaram o rabo e deixaram amarrado numa árvore. Existe muito camaleão na floresta e eles não precisam desse bicho. Deixei, então, mais cinco cachorros e, quando voltamos, já tinham pegado os cachorros e haviam mais de cem camaleões amarrados nas árvores. (VEJA, 23/05/1973, p. 3)

Se o contato do SPI com os Cinta Larga ocorreu de modo relativamente pacífico, com os Wari', recorrentemente chamados de Pakaa Nova, a estratégia de "cerco de paz" adotou o procedimento de demonstração de força.

Em determinados casos é preciso fazer demonstração de força para o índio que está matando gente ou criando problemas. (...) Já usei o processo de intimidação com os pacaás-novas. Durante a guerra, eles estavam matando sistematicamente os seringueiros, enquanto o governo precisava desesperadamente de borracha. Daí, entramos na aldeia pegamos mulheres e algumas crianças para explicar que fazíamos aquilo porque eles estavam matando nosso pessoal. E ameaçamos voltar a qualquer momento. As mulheres, sabe como é mulher, começaram a chorar e terminaram evitando a hostilidade a nosso pessoal. A invasão da aldeia a gente faz aos gritos e soltando foguetes. Naturalmente, a maioria foge para roça. Daí trazemos os que restaram para conversar e explicamos o motivo da invasão. Ao final, deixamos presentes. (VEJA, 23/05/1973, p. 4)

As primeiras "expedições de pacificação" dos Wari' foram organizadas por seringalistas. As tentativas de contato frustradas se transformavam em sangrentos conflitos, as campanhas que, à priori, seriam pacificadoras tornavam-se carnificinas. Donos de seringais como Manuel Lucindo e Chico Ramos não apenas patrocinavam como, também, participaram de muitas expedições que, invariavelmente, terminavam com o genocídio de aldeias inteiras (VILAÇA, 2006). Diante desse contexto, não é difícil imaginar a resistência dos Wari' em contato os não-índio.

III

A vinda de Francisco Meirelles para Mato Grosso ocorreu em um complexo cenário, marcado pelas transformações administrativa na política indigenista brasileira, o recrudescimento do Regime Ditatorial, o avanço da fronteira mercantil, conflitos

envolvendo posseiros, madeireiros, seringalistas, garimpeiros e indígenas e conflitos interétnicos envolvendo os povos Cinta Larga, Paiter Suruí e Zoró.

No ano de 1967, o Gal. Albuquerque Lima então Ministro do Interior, ordenou a instauração de uma Comissão de Inquérito para averiguar irregularidades na administração do SPI. A época Meirelles chefiava a Inspeção do Pará, pesava sob sua gestão denúncias de irregularidade no trato com os recursos públicos. Como condenação cumpriu 30 dias de prisão administrativa, foi destituído da chefia da Inspeção do Pará e recomendado sua imediata transferência.

Na década de 1960 a fronteira entre Mato Grosso e Rondônia nos limites que compreendem a Terra Indígena Roosevelt, intensificou-se os conflitos entre madeireiros, seringalistas, garimpeiros e o povo Cinta Larga. O auge das hostilidades ocorreu em 1963 com episódio que ficou conhecido como “Massacre do Paralelo 11”. De acordo com o Relatório Figueiredo (1967) fazendeiros da região organizaram campanhas de ataque às aldeias Cinta Larga, a estratégia de genocídio envolvia o envenenamento da comida, ataque com uso de dinamites e metralhadora e até guerra biológica por meio de roupas contaminadas. A dimensão da brutalidade foi explícita no depoimento do seringueiro Ataíde Pereira dos Santos também arrolado no Relatório Figueiredo (1967)

(...) os atacantes dos cintas-largas estavam na margem oposta do Aripuanã, afluente do Madeira que atravessa a reserva indígena. Era um grupo de seis homens (...) O grupo atingiu a maloca dos cintas-largas à noite, com armas engatilhadas e sem fazer fogo capaz de denunciar sua presença. Nem um cigarro foi fumado durante a noite toda a espera, quando se falou pouco e a sussurros.

Ao amanhecer, com os cintas-largas deixando seus abrigos, os homens estavam prontos do outro lado do rio (...) Chico Luiz portava uma metralhadora e os demais winchester-44 (‘papo-amarelo’), arma de alto poder de fogo, além de pistolas 38. Os índios não tinham como se defender sob a fuzilaria deflagrada pelo disparo de Ataíde, mas o grupo só atravessou o rio quando se deu conta de que todos estavam mortos. (...) A surpresa, que desconcertou Ataíde e os outros, foi a presença de uma índia levando pela mão uma criança com idade estimada posteriormente em 5 anos. Ela nem correu. Estava sem forças. Apenas chorava, o que, no relato de Ataíde, irritou Chico Luiz:

– É preciso matar todas essas pragas – berrou ele para o resto do grupo.

– A gente pode ficar com a mulher. Ela é nova e bonita e se você não quiser a gente leva de presente pro Amorim - acrescentou Ataíde, referindo-se ao chefe do grupo que não estava presente, mas gostava de violentar índias.

(...) Então, o pistoleiro agarrou a mulher, prendeu-a com uma corda numa árvore, de cabeça para baixo e, com um único golpe de facão, quase abriu seu corpo ao meio. A criança já estava morta, com um tiro na cabeça. Em poucos minutos a habilidade macabra do pistoleiro esquartejou o corpo da mulher enquanto os outros ateavam fogo à maloca (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&Pesq=&pagfis=221323>. Acesso em: 4 de agosto de 2020.)

No final da década de 1960, nos limites entre os municípios de Cacoal (RO) e Espigão do Oeste (RO), terras indígenas dos Paiter Suruí estavam sendo aliciadas pelas empresas colonizadoras Itaporanga e a Cia. dos Irmãos Melhorança (José Cândido, Nilo Tranquilo e Romeu Melhorança). As colonizadoras lotearam e venderam as terras aos migrantes. O jornalista Montezuma Cruz (2006) estimou que, naquela área, cerca de mil famílias de colonos haviam adquirido as terras indígenas. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, ocorreram vários choques armados entre os Suruí e os não índios. Em novembro de 1976, um médico de Cacoal relatou ao jornal *O Globo* que “há quatro anos, desde que cheguei à região, venho observando o caso de colonos flechados por índios. Os conflitos vêm de longa data” (O GLOBO, 26/11/76, p. 8). Betty Mindlin (1985) também descreveu o conflituoso cenário envolvendo indígenas e colonos.

Nesse período, os Paiter Suruí enfrentaram muitos problemas de violência, com conflitos graves e mortíferos.(...). A companhia dos irmãos Melhorança demarcava lotes de 2 mil ha para vendê-los a fazendeiros de São Paulo e do Mato Grosso (...)
A colonizadora já havia vendido um grande latifúndio de 2 milhões de alqueires, incluindo terras da área indígena Sete de Setembro, que pertenciam ao povo Suruí por direito. (...)
Revoltados, os colonos procuraram impedir a passagem de funcionários da Secretaria de Agricultura e do Incra, no momento em que eles iriam parcelar as terras em módulos de 42 alqueires. Inexplicavelmente, as famílias escoraçadas de seus lotes foram substituídas por outras, escolhidas a dedo pelo coordenador regional do Incra, o Capitão de Exército Sílvio Gonçalves de Faria. O resultado desse confronto: os Suruí perderam metade de seu território para projetos de colonização e para empresas que ignoravam ou preferiam desconhecer a demarcação das terras indígenas. Suas terras foram invadidas por pequenos agricultores, comprimidos pelas empresas extratoras e empurrados para o interior das terras indígenas, provocando problemas de saúde, principalmente nas crianças. (MINDLIN, 1985, p. 133)

Em meados do século XX, a região que compreende o sudeste de Rondônia e o noroeste de Mato Grosso era uma localidade populosa e multiétnica, formada por três grandes etnias: Paiter Suruí, Cinta Larga e Zoró. Estima-se que neste período coexistiam cerca de dois mil Cinta Larga (DAVIS, 1978), cinco mil Paiter Suruí (PUCCI, 2009) e mil Zoró (DAVIS, 1978). Povos de hábitos seminômades, esses grupos tradicionalmente guerreavam entre si. Por meio das guerras tribais, as etnias interagiam, umas com as outras, numa “lógica centrífuga” (CLASTRES, 2004), possibilitando a manutenção de seus domínios territoriais e de suas especificidades identitárias. Entretanto, com o avanço da fronteira mercantil, as guerras tribais se acirraram e ganharam um elemento adicional: os *yara ey* (não índios). O ancião Gathag Suruí relembra os tempos *Padxe sowesore ikn* (“nós encontramos o conflito”).

Naquele tempo havia muito conflito. Tínhamos medo dos Zoró, dos Cinta larga, dos Gavião e dos *yara ey*. Ficávamos encurralados, cercados por todos os inimigos. Por isso ficávamos andando, rodando como um disco, sem saída. Voltamos e descemos o rio, do lado do território dos nossos inimigos. Meu pai conhecia o lugar e achava mais seguro ficar ali. Mas quando confiamos que estávamos num lugar seguro, ficamos frente a frente com os inimigos. Vimos muita caça, penas de arara, de jacamim, vimos a casa. Não sei onde eles estavam. Era uma aldeia Zoró. Naquele tempo vivíamos muito perto, todos os inimigos estavam num mesmo lugar, distante um dia, dois dias, uma semana de caminhada. (PAPPIANI; LACERDA, 2016, p. 78)

Em resumo, o panorama da fronteira entre Rondônia e Mato Grosso nas décadas de 1960-1980 era de conflitos multiétnicos entre indígenas e não indígenas, acirramento das guerras tribais e avanço da fronteira mercantil. Neste contexto, em 1967, o sertanista Francisco Meirelles foi designado para contatar e “pacificar” os índios Suruí e Cinta Larga, dando continuidade aos trabalhos do inspetor Hélio Bucker, chefe da sexta Inspeção Regional da FUNAI (MT) (DAL POZ, 1994). O sertanista assumiu, em 1970, a direção da delegacia da FUNAI em Porto Velho (RO). Mesmo que pesasse sobre Meirelles a condenação por problemas na gestão da Inspeção do Pará, ele tinha acumulado prestígio e respeito em seus anos de SPI. Sua atuação na pacificação dos Xavante, durante a década de 1950, conferiu-lhe destaque nacional e simpatia junto à opinião pública – a ponto de, em 14 de janeiro de 1954, o então presidente da República, Getúlio Vargas, recebê-lo em audiência para debater sobre a questão indígena (FREIRE, 2008).

Nas décadas de 1950-1970, Meirelles e suas ideias foram os principais representantes do modelo integracionista dos povos indígenas no Brasil, rivalizando politicamente com os irmãos Villas-Bôas, defensores do modelo protecionista (FREIRE, 2008). A visão de Meirelles sobre a questão indígena era vista com bons olhos pelos governos militares; para o sertanista, a integração dos povos indígenas à nação era um “tributo à civilização”.

O índio entrará como fator étnico na formação da raça brasileira, por miscigenação e não por extermínio; a idéia é promover a confraternização de índios com civilizados, pois não se pode “contrariar uma política do governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para nosso desenvolvimento”; (...) É um “tributo à civilização”; discriminação é não deixar que os índios tenham acesso a nossos bens; a política indigenista é “assunto tão difícil que Rondon passou toda sua vida buscando uma solução e deixou tudo na estaca zero, apesar do prestígio e da força que ele teve”. (VEJA, 23/05/1973, p. 4)

Para o governo ditatorial de Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), a questão amazônica era central no debate sobre a formação da nação brasileira. O presidente discursava que era vital “integrar para não entregar” a floresta, com vistas a garantir a soberania nacional. Meirelles e a perspectiva integracionista defendiam que o índio deveria ser encarado como um cidadão emancipado, e que somente quando fosse identificado como trabalhador ele “desenvolveria seu potencial rapidamente” (VEJA, 23/05/1973, p. 4). Para o executivo federal, Meirelles tornava-se peça chave na tentativa de solucionar os conflitos na Amazônia setentrional.

Em 7 de setembro de 1969, Francisco Meirelles chefiou a expedição que fez o primeiro contato oficial com os Paiter Suruí; a equipe foi composta, dentre outros sertanistas, por seu filho – Apoena Meirelles. A data celebrativa de 7 de setembro, dia da independência do Brasil, serviu para batizar a futura Terra Indígena. Entretanto, a demarcação dos limites da TI só foi realizada em 1976; a posse permanente veio pela Portaria nº 1561, de 29 de setembro de 1983, e somente em 17 de outubro de 1983 a TI foi homologada através do Decreto Presidencial nº 88.867.

Do contato oficial, em setembro de 1969, até a sua homologação, em 1983, a Terra Indígena Sete de setembro foi palco de sangrentas disputas. A narrativa desenvolvida a partir deste ponto do texto inclui reflexões para compreender os 14 anos de espera dos Suruí para a homologação da TI. Nossa pesquisa aponta que a morosidade estatal se assentou na confluência entre a especulação imobiliária, o colapso dos

modelos de assentamento colonial em Rondônia e perspectiva política, especialmente da elite regional, de que se tratava de “muita terra para pouco índio”.

IV

A recente história de Rondônia e a história do povo Paiter Suruí estão interligadas com as políticas de ocupação e exploração do espaço. Tradicionalmente, os Paiter Suruí se fixaram a noroeste de Mato Grosso e a sudeste de Rondônia. Os estudos de Bertha Becker (1991) nos ajudam a compreender as políticas de expansão da fronteira mercantil para o território partindo das discussões a respeito do entorno da construção da rodovia BR-364, ao longo da década de 1970, e dos programas de colonização – por meio dos quais o Estado abriu caminho para a expansão da fronteira agrícola, utilizando os trabalhadores rurais expropriados da terra devido à modernização agrícola da região Centro-Sul do país.

Entre as décadas de 1970-1990, além dos grupos que migraram e foram assentados com algum tipo de assistência e regulamentação estatal, registrou-se um grande fluxo populacional atraído pela perspectiva da posse da terra. À medida que essa massa de despossuídos chegava, fixava-se por conta própria, muitas vezes adquirindo terras irregulares por meio das companhias colonizadoras, grilando ou ocupando terras demarcadas. Fato é que, como informa Becker (1991), o fluxo migracional excedeu a capacidade de controle do Estado.

Como ilustração, na década de 1950, Rondônia registrava uma população estimada de 37 mil habitantes; já em 1984, o contingente populacional beirava a marca de 900 mil habitantes, evidenciando uma explosão demográfica num interstício de pouco mais de três décadas. O crescimento populacional, somado às falhas de políticas públicas para atender, direcionar e disciplinar os migrantes, gerou e intensificou conflitos pela posse da terra (BECKER, 1991). Neste contexto, já a partir de 1969, passam a ser registradas disputas entre os colonos e os Suruí, especialmente após a instalação do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Gy Paraná, que implantado no entorno da Terra Indígena (TI) Sete de setembro. Em 21 de agosto de 1976, o jornal *O Globo* noticiava: “FUNAI quer que o Exército leve paz para área indígena”.

Pela primeira vez no país o exercito poderá atuar para por fim em uma disputa de terras entre índios e brancos (...) O

presidente da FUNAI, alega que a atuação da Polícia Federal naquela região tem sido insuficiente para conter os ânimos dos posseiros, que se instalaram em área indígena criada por decreto do Presidente Geisel. Ele calcula que haja na área cem mil posseiros, todos armados. (...) O problema que iniciou a disputa de terras, surgiu em 1971, quando a companhia Itaporanga, dos Irmãos Melhorança, loteou e vendeu ilicitamente uma parte da área indígena. Mesmo sem o título da terra os posseiros a ocuparam e passaram a ter atritos frequentes com os índios. (O GLOBO, 21/08/76, p. 8)

Por outro lado, os colonos denunciavam que os índios foram armados pela FUNAI:

Com flechas eles eram até humildes, e inspiravam confiança. Muitos de nós fomos a caça com eles tempos atrás. Era comum em Espigão do Oeste um colono acompanhar um Suruí no meio da Mata. A gente partilhava a caça e eles ficavam satisfeitiíssimos. Agora só se vê índio armado de carabina por aí afora – conta um dos colonos da linha 11. (O GLOBO, 21/08/76, p. 9)

Destaca-se que o povo Paiter Suruí estava em o constante estado de guerra com os povos vizinhos, como parte das vivências nas relações intratribais; os Paiter, por serem extremamente territorialistas, compreenderam logo após o contato que suas terras estavam sob ataque e passaram a revidar com saques “às casas dos colonos nas linhas demarcatórias do INCRA” (O GLOBO, 21/08/76, p. 9), bem como ataques e assassinatos de colonos, como Mindlin também relatou: “os líderes Cádio e Itabira Suruí se armaram de arcos, flechas e espingardas e iniciaram a resistência à ocupação da reserva. Houve mortes de índios e colonos” (MINDLIN, 1985, p. 133).

Entre o primeiro contato oficial e a demarcação da TI Sete de Setembro, se passaram sete anos. A demarcação territorial teve início em 1976, e ficou a cargo da empresa PLANTEL S/A, com sede em Goiânia (GO) – que também ficou responsável pela demarcação da TI Igarapé Lourdes, dos povos Arara e Gavião, e da TI Roosevelt, dos Cinta Larga. Entretanto, como nos lembra Itabira Gapoi Suruí, “essa Plantel, uma empresa que cuidava naquele tempo da demarcação, demarcava as terras do INCRA também. Era uma empresa particular ligada ao governo” (PAPPIANI; LACERDA, 2016, p. 121). No desvendar da trama que resultou a demarcação da TI Igarapé Lourdes, a pesquisadora Lediane Fani Felzke nos revela documentos do grupo de trabalho instituído pela FUNAI para acompanhar as demarcações, em que informa:

Após uma explicação detalhada na área, com apresentação de vários mapas em diversas escalas, incluindo os de navegação utilizados pela F.A.B, por mim adquiridos no Rio, chegamos a um comum acordo da área necessária a sobrevivência dos índios nos Postos Indígenas: IGARAPÉ LOURDES (grifo meu), 7 de SETEMBRO e ROOSEVELT, sem nenhuma preocupação do que por ali pudesse existir, INCRA, ITAPORANGA, GRILHEIROS (sic), etc. (FUNAI, 1975 *apud* FELZKE, 2018, p. 295)

Embora sejam necessários o aprofundamento e mais pesquisas, é possível levantar a hipótese de que a equipe de demarcação da empresa Plantel S/A chegou às aldeias ciente dos limites a serem demarcados, com vistas a garantir a propriedade de posseiros e da Cia. Colonizadora Itaporanga.

Conclusão

O fruto da interação entre indígenas e não indígenas estabeleceu um marco na história do povo Paiter Suruí. Além de disputas, invasões e conflitos, houve a criação da Terra Indígena Sete de Setembro. O contato com os não índios alterou profundamente as relações interétnicas com os povos vizinhos e dentro da própria comunidade Suruí. Tais alterações serão temas para futuras pesquisas.

Referências

ARNAUD, Expedito. **Aspectos da legislação sobre os índios do Brasil**. Belém: MPEG, 1973.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

CLASTRES, P. **Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CRUZ, Montezuma. Assassinato de cacique - uma história que se repete. Agência Amazonas. **Jornal de Brasília**, Brasília, 26 jun. 2006.

DAVIS, Shelton H. A invasão do parque Indígena Aripuanã: a desintegração das tribos Cintas-Largas e Suruí. *In*: DAVIS, Shelton H. **Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ERTHAL, R. M. C. **Atrair e pacificar: a estratégia da conquista**. 1992. 277 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

ESTIGARRIBIA, Antonio. Índios do Rio Doce. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, v. 8, p. 12-52, 1934.

FELZKE, Lediane Fani. **Dança e imortalidade**: igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia. 2017. 324 p. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles. **Revista Tellus**, Campo Grande, v. 8, n. 14, p. 87-114, abr. 2008.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec; Edusp; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência. Petrópolis: Vozes, 1991.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ISIDORO, Edinéia Aparecida. **Situação sociolinguística do povo Arara**: uma história de luta e resistência. 2006. 138 p. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 2006.

KEHL, Maria Rita. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. *In*: COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório da CNV**: Textos Temáticos, Brasília, v. 2, texto 5, p. 198-256, dez. 2014.

MENDES, José Sacchetta Ramos. O genocídio Kaingang e a metáfora da guerra: sertão do Bauru, 1856-1912. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; ROSSI, Mirian Silva (Orgs.). **Índios no Brasil**: vida, cultura e morte. São Paulo: IHF; LEER/USP; Intermeios, 2018. p. 217-40.

OLIVEIRA, Humberto de. **Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional, 2006.

PAPPIANI, Ângela; LACERDA, Inimá (Org.). **Histórias do começo e do fim do mundo** – o contato do povo Paiter Suruí. São Paulo: Ikorê, 2016.

PUCCI, Magda D. **A arte oral Paiter Suruí de Rondônia**. 2009. 357 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

RIBEIRO, Darcy. Culturas e Línguas Indígenas do Brasil. **Educação e Ciências Sociais**, Centro de Pesquisas Educacionais, Rio de Janeiro, ano II, v. 2, n. 6, p. 4-102, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis: Vozes, 1982.

ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil**: 1930-1967. Goiânia: UFG, 2003.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. **A cidade em transformação**: formação urbana, desenvolvimento e culturas políticas em Campo Grande (1905-1939). 2014. 229 p. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista, Franca, 2014.

VILAÇA, Aparecida. **Quem somos nós**: os Wari' encontram os brancos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque**: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.